

■ NACIONAL

# País terá US\$ 10 bilhões no dia 4 de dezembro

O Brasil terá a sua disposição entre US\$ 9 bilhões e US\$ 10 bilhões até o próximo dia 4 de dezembro, e decidirá então se vai sacar imediatamente a primeira "tranche" ou uma parte dela, informou ontem o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em um seminário para cerca de 350 banqueiros no hotel Waldorf Astoria. O ministro depois deu mais detalhes em duas sessões de perguntas e respostas, com os banqueiros e posteriormente com jornalistas. Malan deixou claro que o Brasil não espera uma contribuição dos bancos internacionais ao pacote preventivo de ajuda ao país, que inclui cerca de US\$ 18 bilhões do Fundo Monetário Internacional; US\$ 9 bilhões cada do Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e mais US\$ 14,5 bilhões do Banco de Compensações Internacionais (BIS) da Basileia, com contribuições da União Europeia, EUA, Japão e Canadá.

O Brasil não precisará oferecer garantias adicionais — além do programa — para os recursos do Fundo, do Bird e do Bid. Também não oferecerá garantias para a primeira "tranche" dos recursos do BIS. Para as "tranches" restantes do BIS, porém, alguns países estão negociando a possibilidade de receberem garantias adicionais; entre estes não se incluem os EUA.

O ministro da Fazenda voltou a reafirmar que não modificará a política cambial do País, e sua posição foi reforçada, durante o seminário, pela declaração do diretor adjunto do FMI, Stanley Fischer, para quem o real nem de longe está sobrevalorizado pelos números que se publicam na imprensa. Malan também não levou a sério o comentário de Rudiger Dornbusch de que o pacote levará o Brasil a sobreviver até o carnaval. "Vamos esperar o carnaval", concluiu.

A exposição do ministro da Fazenda seguiu-se o período de perguntas e respostas para os banqueiros e investidores.

Eis um resumo:

**Gazeta Mercantil - Executivo da Wellington:** Quer saber como o Brasil conseguirá retomar o crescimento com uma taxa de juros interna que descerá a 20% no final do próximo ano.

**Gustavo Franco** - Esta é uma questão frequente, e tem a ver com o fenômeno do crowding in. A taxa de juros elevada tem o objetivo de financiar o déficit orçamentário. Os investimentos do setor privado voltarão com a expansão do programa fiscal do governo, que reduzirá a necessidade da taxa de juros alta.

**GZM - Executivo do Banque Paribas.** Pede detalhes sobre a situação cambial e programas de alívio para o setor privado.

**Pedro Malan** - Não vamos fazer uma maxidesvalorização ou mididesvalorização do real. No último dia 8 de outubro, antes do segundo turno da eleição, o presidente Fernando Henrique Cardoso pediu à área econômica do governo um plano de ajuste fiscal para os próximos três anos. Ontem ainda eu disse a um grupo de trinta banqueiros dos EUA e do Canadá que não pretendemos interferir com decisões que cabem ao setor privado; se esses bancos preferem sair de um setor da economia e entrar no outro, alocar recursos de médio do que de curto prazo, eles decidem. Não cabe ao governo estabelecer regras para

## Malan diz que o Brasil não terá de oferecer garantias adicionais aos organismos que participam do pacote de assistência

Getulio Bittencourt, de Nova York

beneficiar esta ou aquela firma. A operação do Brasil com as instituições multilaterais e o G-7 é diferente das recentes operações de salvamento da Rússia, Coréia do Sul e outros países. Temos entre US\$ 42 bilhões e US\$ 43 bilhões em reservas, e os novos créditos, assim como o nosso programa de ajustes, devem restabelecer gradualmente a confiança dos mercados.

**GZM - Executivo da Capital.** Indaga sobre a criação de moeda comum para o Mercosul.

**Malan** - Esta idéia foi reavivada há alguns meses pelo presidente (Carlos) Menem (da Argentina). Tivemos sérias discussões sobre o assunto há cerca de 5,5 anos, quando entrei para o governo federal. Decidimos não adotar a paridade fixa com o dólar estabelecida por meu amigo Domingo Cavallo no Brasil. Acharmos que o programa argentino é maravilhoso, ajudou-a a absorver em poucos meses a crise cambial mexicana em 1995, e voltou a ajudá-la agora. Embora a moeda comum no Mercosul deva acontecer no próximo século, não temos intenção de fazer uma paridade fixa (via conselho da moeda) com o dólar agora.

**GZM - Executivo do UFS Investments.** Embora o Brasil tenha privatizado a Telebrás em 1998, o programa de privatização do setor elétrico está lento, burocrático. Isso vai mudar?

**Malan** - O programa de privatização das distribuidoras está bastante adiantado. Mas temos ainda algumas dificuldades com outros setores de energia elétrica, porque a nova estrutura legal ainda não está pronta. Antes não havia necessidade dessa estrutura, agora há. Se o senhor tem alguma queixa específica, pode nos escrever agora, e prometo que lhe responderemos por escrito rapidamente.

**GZM - Executivo do Banco Ambrosiano Veneto.** Quer saber se a intenção do Brasil é simplesmente não sacar os fundos que o programa com o FMI colocará à sua disposição.

**Malan** - Nos casos recentes de dificuldades da Rússia, Tailândia, Indonésia ou Coréia do Sul, era fácil falar de montantes precisos. Esses países não tinham mais reservas, e novas dívidas de curto prazo continuavam a vencer adiante. Era só somar as dívidas vencidas em 30 dias, 90 dias, 180 dias etc., e você tinha o total que precisavam. No caso do Brasil, porém, é diferente. Nós ainda temos reservas e o total de dívida vincenda varia dependendo do que puder ser rolando ou renovado. Eu costumo dizer que essa não é a pergunta certa no nosso caso. Pode mos expandir nossas reservas com o programa em US\$ 34 bilhões até dezembro de 1999. Se vamos sacr tudo ou parte, dependerá da situação internacional, de como o Japão resolverá seus problemas, e de como agirá este país aqui (os EUA). Não é que eu prefira evitar a sua pergunta, é que a resposta depende de circunstâncias que ainda não estão claras.

**GZM - Executivo.** Quer saber o que

acontecerá se o Brasil não conseguir cumprir as metas definidas no acordo com o FMI.

**Malan** - Temos um comitê de execução orçamentária composto por cinco altos funcionários do Ministério da Fazenda e outros cinco do Ministério do Planejamento. São pessoas poderosas que podem fazer as recomendações de mudança de política para que os objetivos sejam cumpridos ou renegociados em função de circunstâncias de comum acordo.

**GZM - Paulo Leme, economista da Goldman Sachs.** Quer saber se o Brasil pretende voltar a ter uma dívida interna com taxas de juros fixa.

**Franco** - A dívida externa inclui um cardápio de diferentes opções para refletir os riscos ao longo do período. Nós captamos recursos vinculados ao dólar americano e à taxa de juros. No momento, a taxa de juros flutua, mas está vinculada à própria taxa de juros, de modo que quando a situação reverter o benefício para o Tesouro seja imediato.

**GZM - Executivo do New World Investment Group.** Pergunta sobre a reforma previdenciária.

**Malan** - A principal distorção previdenciária é a do serviço público civil, que permite aposentadorias de pessoas com menos de 50 anos, e com o maior pagamento salarial recebido, sem vinculação com o percentual das contribuições. Uma vantagem

daqui por diante é que apenas duas medidas ainda precisam de reforma constitucional; todo o resto das reformas pode ser aprovado pela maioria simples do Congresso. Isso nos permitirá agir mais rápido.

**GZM - Executivo da Street.com.** Quer saber porque o Brasil está guardando segredo das condições de seu programa com o Fundo, e porque o setor privado (bancos comerciais internacionais) não está entrando com dinheiro novo — será porque não acredita no Brasil?

**Malan** - Se o senhor está se referindo à participação do setor privado que vimos em recentes reestruturações de dívida de mercados emergentes, em eu os banqueiros foram reunidos numa sala e lhes ditaram quanto teriam que desembolsar para salvar países do desastre, a resposta é não. Esse tipo de participação não acontecerá no caso do Brasil. O que pedimos aos bancos internacionais é que mantenham suas linhas de crédito para o Brasil, e com a volta da confiança do mercado, gradualmente aumentem sua exposição. Quanto às condições do acordo com o Fundo, várias estão explícitas nas transparências que distribuímos para esta conferência. Outras virão a público quando o programa for aprovado pela diretoria do Fundo no próximo dia 2 de dezembro, porque não seria próprio sua divulgação antes disso.

Acompanhado por Franco e pelo diretor do Brasil no FMI e no Banco Mundial, Murillo Portugal, o minis-

tro da Fazenda passou então para outra sala do hotel, onde concedeu uma entrevista coletiva e bilingue à imprensa. Eis um resumo:

**GZM - Há alguns dúvidas sobre o que Stanley Fischer falou aos banqueiros há pouco. O programa com o Fundo prevê taxas de juros abaixo de 20% em dezembro de 1998 ou de 1999?**

**Malan** - Em dezembro de 1999. Não acredito que o Stanley espere que os juros possam baixar para 20% no próximo mês...

**GZM - Como foi a conversa que o senhor manteve com os banqueiros na segunda-feira?**

**Malan** - Muito positiva. Como já disse, esperamos que os bancos mantenham suas linhas comerciais e interbancárias para o Brasil, e as aumentem quando o mercado se acalmar.

**GZM - O que eles esperam que aconteça no Brasil?**

**Malan** - Que o programa fiscal seja implementado. É uma expectativa natural. Ao mesmo tempo, é claro para os bancos que 20% das exportações dos EUA são para a América Latina, e que a economia brasileira é 40% da economia latina. Quem quiser ter uma posição na região precisa ter uma posição no Brasil, e o tamanho sugere que deve-se buscar posições de médio e longo prazo também, não apenas de curto prazo.

**GZM - Em que situação o Brasil pretende sacar as novas reservas de US\$ 41,5 bilhões?**

**Malan** - A decisão, como o Stanley Fischer deixou claro, é nossa. A primeira tranche é de US\$ 9 bilhões a US\$ 10 bilhões, o valor exato depende da taxa de conversão de algumas moedas à moeda do Fundo (DES-direitos especiais de saque). Existem alguma sugestões de que é melhor o Brasil sacar logo uma parte, para mostrar aos mercados que os recursos estão mesmo disponíveis. Isso porque, no passado, houve programas implementados, mas quando os países precisaram dos recursos, eles ainda não estavam lá. Mas veremos isso no momento adequado.

**GZM - Existem outras condições para a liberação das diversas tranches? O Brasil terá que oferecer garantias, como o México teve no empréstimo que recebeu dos EUA em 1995?**

**Malan** - Para a primeira tranche, não há condicionalidades, além das estabelecidas no acordo com o Fundo. No caso das outras tranches, negociações estão em curso.

**GZM - Os EUA já deixaram claro que não estão pedindo garantias. Alguns outros países podem exigir garantias, está claro?**

**Malan** - Gostei da maneira como a pergunta foi colocada. Alguns países estão examinando a possibilidade de pedir ou não garantias, sim.

**GZM - Por exemplo, o Brasil poderia dar como garantia recebíveis da Itaipu Binacional, ou algo assim?**

**Malan** - Existem algumas hipóteses sendo discutidas. Algumas não são tão simples como parecem, e não podem ser dadas devido a difi-



Pedro Malan

culdades que estão sendo explicadas. Mas ainda não há nenhuma decisão.

**GZM - Qual será a participação do setor privado (leia-se: bancos estrangeiros privados)?**

**Malan** - Nós temos confiança de que isso pode ser deixado no critério do mercado. Não queremos interferir. Os bancos estão livres para manejar sua exposição ao país como desejarem. Alguns estão preferindo converter linhas de curto prazo em investimentos de longo prazo no programa de privatizações; outros estão fazendo o contrário. Alguns estão se dedicando mais a financiar empresas médias e pequenas. Enfim, se a composição das linhas que oferecemos no país é de curto, médio ou longo prazo, os bancos é que decidem. O que estamos dizendo a eles é que nosso programa não é o salvamento de um país quebrado. Temos uma economia produzindo e funcionando, e reservas em torno de US\$ 43 bilhões, agora suplementadas com mais US\$ 41,5 bilhões.

**GZM - O Brasil pretende lançar um bônus no exterior, como fez recentemente a Argentina?**

**Franco** - Nós estamos atentos aos desdobramentos, mas ao contrário do que acontece em outros países da América Latina, a República Federativa do Brasil não tem sido um emissor muito ativo nos mercados internacionais de capitais. Temos agido para abrir caminhos ao setor privado.

**GZM - O Brasil portanto não tem intenção de reabrir seu bônus global que venceu em 2001, cuja demanda está crescendo?**

**Franco** - Não temos intenção de fazer uma série de pequenas emissões como a Argentina fez recentemente, não. Mas não descartamos nenhuma possibilidade.

**GZM - Alguns investidores estão sugerindo que o Brasil poderia converter sua dívida interna, que tem juros muito altos, em dívida externa, pagando juros mais baratos aqui fora.**

**Franco** - São duas questões diferentes. A dívida interna está principalmente nas mãos de investidores locais como bancos, fundos de pensão e fundos mútuos. Não temos dificuldade para rolar essa dívida ou

fazer novas emissões. A dívida externa é questão diferente. Quando assumimos, o Banco Central não conseguia colocar papéis de renda fixa no mercado interno com duração maior que 28 dias, porque a hiperinflação tornava impossível antecipar a taxa adequada; os papéis de juros flutuantes tinham a taxa adequada; os papéis de juros flutuantes tinham a taxa definida diariamente. Mas mesmo com hiperinflação, nunca tivemos problema para rolar a dívida interna.

**GZM - Em sua conversa com os bancos internacionais, o senhor tratou de um volume de linhas de comércio que eles deveriam manter, em torno de US\$ 30 bilhões ou de US\$ 40 bilhões?**

**Malan** - Não se trata apenas das linhas comerciais, mas também das linhas interbancárias e outras. Algumas de curto, outras de médio e longo prazos. Gustavo, você quer ser mais específico?

**Franco** - Este é um número que nós não publicamos regularmente. Basicamente porque existem muitas mudanças na natureza das linhas, e porque o interesse dos bancos varia.

**GZM - Mas existe alguma razão para manter o número em segredo?**

**Franco** - É só que, como não o divulgamos numa base regular, não seria apropriado. Mas nós publicamos, em relação a linhas comerciais, dados diários sobre importações e importações que qualquer um pode verificar. As linhas estão embutidas nesses valores.

**GZM - O vice-chairman do Citibank, Willian Rhodes, disse que os bancos vão manter seu nível de exposição ao Brasil, mas o senhor discutiu com ele e outros um pacote específico dos bancos comerciais?**

**Malan** - Não, mas eu poderia elaborar mais a resposta. Não estamos pensando numa contribuição específica do setor privado à restauração das nossas reservas. Temos confiança na percepção do Brasil e seu futuro pelos bancos.

**GZM - Como o Brasil conseguirá reduzir o déficit fiscal?**

**Malan** - Os mecanismos estão descritos no acordo com o Fundo. Mas eu gostaria de ressaltar que o déficit que publicamos sobre o Brasil é um número profundo, que inclui as contas do governo central, dos Estados e municípios, e das empresas estatais, assim como contas que antes ficavam escondidas por causa da hiperinflação, e agora não ficam mais — os chamados cadáveres no armário. Nosso número é frequentemente comparado com o de outros países que medem apenas o déficit do governo central. Não é a mesma coisa. Se não prestarem atenção nisso, vocês estarão enganando os leitores.